

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO  
DE PAIVA, REALIZADA NO DIA VINTE E  
CINCO DE JUNHO DE DOIS MIL E OITO.

Aos vinte e cinco dias do mês de Junho do ano de dois mil e oito, pelas nove horas, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Castelo de Paiva, sob a presidência de José Manuel Lopes de Almeida, Presidente da Assembleia, secretariada por João Fernando Barbosa Dias e Manuel da Silva Moreira, respectivamente primeiro e segundo Secretários da Assembleia e pelo funcionário da Câmara Municipal Fernando João Marante Cardoso.

**ORDEM DE TRABALHOS:**

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

1. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DAS ACTAS DAS SESSÕES ORDINÁRIAS DE 27.02.2008 E 28.04.2008;

2. ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO.

**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

1. APRECIAÇÃO DE UMA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO;

2. PRIMEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O CORRENTE ANO DE 2008;

3. PLANO DE URBANIZAÇÃO DA VILA DE CASTELO DE PAIVA. ESTABELECIMENTO DE ORIENTAÇÕES QUE RESOLVAM A SITUAÇÃO DE AUSÊNCIA NO PU DE REGULAMENTAÇÃO PARA EDIFICAÇÕES EM SOLOS INCLUÍDOS EM RAN OU REN;

4. TARIFA DE RESÍDUOS SÓLIDOS. ISENÇÃO;

5. PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

Presentes os membros: Alfredo Trindade da Rocha; Abel Duarte Barbosa; Antero Gaspar de Paiva Vieira; António da Costa e Cunha; António Gouveia Coelho; António Luís da Silva Rodrigues; António

dos Santos Rodrigues; António da Silva Pinto; Arlindo Manuel da Silva Alves; Carlos Alberto Carmo Teixeira; Cristiano da Silva Ferreira; Henrique Martins Alves; João Pedro Nogueira Costa Campos; José António da Costa Moreira da Rocha; José António da Silva Rocha; José Mendes Vieira Pinto; José Moreira Araújo; José Vieira Gonçalves; Júlio Alves; Luís Filipe Cardoso Valente; Manuel Duarte Mendes, Manuel Emílio dos Santos; Maria de Lurdes Bessa de Sousa; Sérgio Fernando Pinto R. Gouveia; João Vitorino Martins Almeida Moreira; Joaquim Silva e José António Nunes Oliveira em substituição do Presidente da Junta de Fornos nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 38.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro.

Presenças da Câmara Municipal: Vice-Presidente da Câmara, Rui César Castro e o Vereador Gonçalo Rocha.

Presentes os seguintes requerimentos dos membros: - Antenor Moreira Tavares no qual solicita a suspensão do seu mandato, por motivo de doença, pelo período de sessenta dias.

A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, autorizar a referida suspensão. Nos termos do n.º 4 do artigo 76.º da Lei n.º 169/99, de 18/09, foi verificada a identidade e legitimidade do substituto João Vitorino Martins de Almeida Moreira;

- Daniel António Correia Mendes da Rocha no qual solicita a suspensão do seu mandato, por motivos profissionais, pelo período de 60 dias. E o requerimento do cidadão imediatamente a seguir na ordem da respectiva lista do P.S.D., Helena Maria Moreira Soares no qual também solicita, por motivos profissionais, a suspensão do seu mandato pelo período de 30 dias.

A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, autorizar as referidas suspensões e justificar a falta do cidadão supra mencionado ao acto de substituição do respectivo membro. Nos termos do n.º 4 do artigo 76.º da Lei n.º 169/99, de 18/09, foi verificada a identidade e legitimidade do substituto Joaquim Silva;

- Alfredo José Fernandes Gonçalves no qual solicita a sua substituição, por motivos profissionais, pelo período de cinco dias.

A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, autorizar a referida ausência. Nos termos do n.º 4 do artigo 76.º da Lei n.º 169/99,

de 18/09, foi verificada a identidade e legitimidade do substituto Cristiano da Silva Ferreira;

\_\_\_\_\_ - Fernando de Paiva Vieira no qual solicita a suspensão do seu mandato, por motivos profissionais, pelo período de cinco dias.

\_\_\_\_\_ A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, autorizar a referida suspensão. Nos termos do n.º 4 do artigo 76.º da Lei n.º 169/99, de 18/09, foi verificada a identidade e legitimidade do substituto Arlindo Manuel da Silva Alves;

\_\_\_\_\_ - Rui António Monteiro Gomes de Paiva no qual solicita a suspensão do seu mandato, por motivos profissionais, pelo período de cinco dias.

\_\_\_\_\_ A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, autorizar a referida suspensão. Nos termos do n.º 4 do artigo 76.º da Lei n.º 169/99, de 18/09, foi verificada a identidade e legitimidade do substituto António da Silva Pinto.

#### **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

\_\_\_\_\_ 1. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DAS ACTAS DAS SESSÕES ORDINÁRIAS DE 27.02.2008 E 28.04.2008.

\_\_\_\_\_ Presente a acta da sessão ordinária de 27.02.2008, de que foi previamente distribuído exemplar a todos os membros da Assembleia Municipal.

\_\_\_\_\_ A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar a respectiva acta.

\_\_\_\_\_ Presente a acta da sessão ordinária de 28.04.2008, de que foi previamente distribuído exemplar a todos os membros da Assembleia Municipal.

\_\_\_\_\_ A Assembleia Municipal deliberou por maioria com vinte e cinco votos a favor e quatro abstenções, do Grupo Municipal do P.S., aprovar a respectiva acta.

\_\_\_\_\_ 2. ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO.

\_\_\_\_\_ Usaram da palavra por ordem de inscrição na mesa, os membros: Presidente da Junta de Freguesia de Bairros questionou se havia alguma data prevista para o início da obra de desvio do trânsito pesados da Ladroeira e também se já havia previsão para o início das obras do

saneamento em Bairros e no Concelho. Lembrou que terminou o ano lectivo e que é necessário proceder a reparações na Escola da Ladroeira, no soalho, nas casas de banho, nas beiradas dos telhados e na parte eléctrica. Citou que numa reunião em Arouca onde esteve presente com os Presidentes de Câmara de Castelo de Paiva, Arouca e Cinfães levantou a questão sobre a Ponte de Melo e o Presidente de Castelo de Paiva disse que ia marcar uma reunião com o Presidente de Cinfães e da Junta de Freguesia de Travanca para tentarem encontrar uma solução para a Ponte, e inquiriu se já havia algum desenvolvimento. Disse sobre a chamada Zona Industrial de Carreiros que o Presidente da CM esclareceu que os terrenos continuam na posse dos proprietários e que segundo ouviu já lá foram gastos cerca de 35 mil contos em terraplanagem e que os proprietários não sabem onde são as partilhas e opinou que seria bom reunir com os proprietários e se possível adquirir os referidos terrenos.

Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho de Sardoura disse que o caminho das Curtinhas já mexe e questionou o ponto de situação. Mencionou que recentemente tiveram a visita do Senhor Bispo à Freguesia onde visitou todas as escolas e jardins-de-infância e que ficou triste por não terem condições para o receber no edifício da Junta por esta estar ocupada, há muito tempo, com o Jardim-de-infância, solicitando à Câmara que resolva a situação ou com a construção de um edifício para o Jardim ou uma nova Junta de Freguesia. Que há cerca de 2 ou 3 anos foi pavimentado o caminho de Casalperro às Covas e alertou a EDP dos postes da iluminação que vão pelo meio dos campos, são antigos e as linhas em cobre e nada foi feito. Alerta a CM para interceder junto da EDP para que os referidos postes passem para o caminho público e que sejam contemplados com iluminação.

José Gonçalves referiu que já foi falado na AM, na Assembleia de Freguesia e na CM o saneamento a céu aberto do Couto Mineiro do Pejão que vai para o Rio Arda, que, na altura, foram ao local elementos da CM e do Centro de Saúde e nunca se fez nada. Que recentemente foi inaugurada uma Zona de Recreio que contempla Gaivotas no Rio e questionou a CM se tem conhecimento, como pôde licenciar e alertou que o Delegado de Saúde devia tomar providências.

\_\_\_\_ Presidente da Assembleia esclareceu que não está presente nessa qualidade e que deveria apresentar o problema ao Delegado de Saúde no sítio próprio.

\_\_\_\_ José Gonçalves insistiu novamente na Zona de Lazer no Rio Arda e felicitou as Estradas de Portugal porque finalmente, 17 anos depois, foi concluída e abriu ao trânsito a Variante à EN 222, e que agora todos reconhecem que a localização Portela para a Escola do Couto Mineiro Pejão ficaria mais barato, mais próximo dos alunos e com mais segurança.

\_\_\_\_ Presidente da Assembleia esclareceu que se o saneamento é um problema de saúde pública já deveria ter sido exposto por escrito ao Delegado de Saúde e não ter aguardado para falar em AM.

\_\_\_\_ Presidente da Junta de Freguesia de Pedorido acrescentou, para clarificar, que a Junta de Freguesia de Pedorido há cerca de 2 anos comunicou por escrito quer à CM, quer à Delegação de Saúde e foram ao local. No local e como estava a chover muito viram apenas de cima e os serviços disseram que iam agendar nova visita, já estão decorridos 2 anos e ainda não foram lá.

\_\_\_\_ Presidente da Assembleia clarificou que o problema de saneamento básico é grave não só no Concelho como também em todos os Concelhos do País. Opinou que desta vez está a ser tratado correctamente e que o Vice-presidente da Câmara vai dar a explicação do ponto de situação. A Comissão de Acompanhamento que foi criada tem acompanhado de perto a questão e reuniram há 3 ou 4 dias onde o assunto foi abordado. Que há cerca de 3 ou 4 anos já se colocou lá um enorme bidão, só que não pode ser aplicado porque exigia uma grande área de terreno seco para fazer valas de escoamento de drenagem de esgoto de água. Caso tivesse sido colocado era a mesma coisa que entrar por um lado e sair pelo outro para o Rio. Manifestou que o Delegado de Saúde nada pode fazer porque não trata de empreitadas e que as soluções técnicas para o problema de saneamento são muitas vezes caras e morosas.

\_\_\_\_ Júlio Alves congratula-se pela abertura da Variante à EN 222 mesmo sem a presença dos senhores Ministros. Louvou a Câmara Municipal pelo trabalho feito de iluminação pública na estrada de

Germunde à Póvoa/Pedorido. Alertou a CM, e também já alertou o Presidente da Junta, para que antes da pavimentação da estrada Serradelo – Carvalho Mau, não esquecessem as valetas. Que antes de iniciar essa pavimentação deveriam arranjar o caminho que vai de Terramonte a Serradelo, em cerca de um quilómetro e meio, para poder ser utilizado como alternativa no decurso daquela obra de pavimentação. Recomendou a necessidade de reparação do caminho junto à casa do senhor Agnelo. Elogiou a vinda do cantor Marco Paulo às Festas de S. João e manifestou apreço por quem o levou a visitar a instituição no baixo concelho e que aqueles idosos ficaram todos satisfeitos.

---

\_\_\_\_ Gouveia Coelho referiu a necessidade de um púlpito para poderem colocar os seus papéis e sentirem-se mais confortáveis quando intervêm. Fez considerações sobre a nova ligação, que já se encontra em funcionamento, entre Felgueiras/Sobrado e Póvoa/Pedorido. Que ao referir-se a esta nova via, interpretará também o sentir de muitos paivenses pelo serviço que ela visa prestar e o motivo de contentamento, orgulho e celebração. Parecendo-lhe também que serviu um pouco para disputa de “comadres zangadas”, um espectáculo pouco edificante. Esta nova via estruturante, fundamental para o Concelho, modifica muita coisa neste território e deveria ser motivo de contentamento e de algum reconhecimento por aqueles que tiveram a coragem de lançar obra tão importante. A ideia foi exposta pela primeira vez e de forma incisiva numa reunião da Comissão de Coordenação da Região Norte onde Castelo de Paiva estava representado pelos Presidentes da Câmara Antero Gaspar, e da Assembleia Gouveia Coelho que colocaram a questão com toda a frontalidade e com argumentos que acabaram por convencer os outros interlocutores. Estavam presentes, o Professor Daniel Bessa que tinha feito um estudo sobre o Pejão, e o Eng. Braga da Cruz. Como era inevitável o encerramento das Minas do Pejão, e consequentemente um grande drama para as pessoas mais afectadas, a proposta era que se rectificasse, e alargasse a EN 222 com ligação a Lourosa que era a Zona Industrial mais próxima e portanto aproveitar ao máximo todos os Fundos Estruturais que viriam. Porque na altura reinava a ideia, depois

repetida pelo Eng. Valente de Oliveira, que só cresciam em Portugal agregados populacionais com mais de 5 mil habitantes o que significava que Castelo de Paiva estava banido desse investimento. Opuseram-se frontalmente, Antero Gaspar e Gouveia Coelho, e disseram que não haveria um tostão Paivense para investir no território de Gondomar e da Feira, acrescentado nem que isso lhes custasse a demissão dos órgãos que ocupavam. Exigiram que os investimentos e os fundos estruturais fossem aplicados em Castelo de Paiva e no decorrer da conversa da beneficiação da EN 222 defenderam a tese de que não era recuperável a estrada de Pedorido ao centro da Vila, nascendo assim a nova via. Com tal discussão foi combinado no dia seguinte que os Técnicos se reuniam em Lobão e viriam ver no terreno, conforme tinha sido dito, que um camião Tir não passava normalmente na estrada de Pedorido até Castelo de Paiva. Em seguida foram desafiados a fazer o projecto para o lançamento e para a candidatura aos fundos estruturais, tudo em tempo recorde. Não tinham alternativa, aceitaram o desafio, fizeram o projecto, e arrancaram como obra municipal, mas alertaram que a CM não tinha capacidade financeira para a custear. Reconheceram, independentemente de cores partidárias, o papel decisivo do Eng. Braga da Cruz e do Ministro Valente de Oliveira que acabaram por aceitar a única hipótese da obra arrancar e que passasse depois para a Administração Central. Nascendo assim essa obra. Aproveitou-se todas as migalhas e comparticipações, e com pequenos traços no mapa chegou-se à Vila e para justificação nasce a ideia da Zona Industrial de Felgueiras, justificando-se em Bruxelas a aplicação dos fundos que vinham para o encerramento das Minas do Pejão e a extensão da via de acesso à Auto-estrada. Acrescentou que esta simples nota histórica é fundamental porque com pena de todos levou muitos anos a concluir e pelo caminho haverá outras personalidades a destacar e que intervieram. O Ministro Valente de Oliveira foi uma figura importantíssima, e o Eng. Braga da Cruz, e na fase municipal Antero Gaspar, Presidente da CM, Joaquim Quintas com o lançamento de Zonas Industriais e daquele troço, etc. Que essas personalidades em qualquer comemoração ou reposição da verdade histórica não podem ser esquecidas, como também António Guterres, Primeiro Ministro, e o Eng. João Cravinho

quando assumem a obra como da Administração Central. Enalteceu a importância da Assembleia Municipal na participação que teve e no desafio louco de sonharem, de sustentarem a sua posição e de lançarem a obra e serem capazes de uma cooperação com a Administração Central a todos os títulos exemplar. Referiu-se novamente às “zangas” da abertura da nova via, acrescentado que havia regras a cumprir e fiscalizações a efectuar e não é por mais ou menos 8 dias que se pode esquecer o essencial que é a grande obra para Castelo de Paiva. Que ouviu declarações dos representantes da CM pouco delicadas em referência a membros do Governo Central, o que está errado, e apela que tanto os membros do Governo como os autarcas devem respeitarse. Os autarcas daquele tempo em todo o processo não insultaram ninguém, nenhum Secretário de Estado, foram fortes e decididos, tiveram credibilidade para reivindicar investimento para Castelo de Paiva e que isso servia de lição para os dias de hoje e que é preciso ter firmeza, respeitabilidade e fundamentar as posições no interesse da nossa Terra. Apresentou a seguinte proposta intitulada: - *“Variante à 222 entre Felgueiras e Pedorido. A AM, reunida em sessão ordinária em 25.06.08: 1. congratula-se com a entrada em funcionamento da totalidade da NOVA ESTRADA DE LIGAÇÃO ENTRE A SEDE DO CONCELHO E PEDORIDO, via estruturante com condições muito superiores de circulação, aproximando localidades e pessoas, facilitando os transportes de passageiros e mercadorias, propiciando o aparecimento de novos investimentos e novos pólos de desenvolvimento; 2. a obra, factor essencial de transformação e desenvolvimento do Município de Castelo de Paiva, nasceu de arrojada iniciativa municipal, mas como não podia deixar de ser, passou, depois, para a responsabilidade da Administração Central, a quem se tributa o reconhecimento por parte de todos os Paivenses representados nesta AM; 3. registando que o empreendimento traduz um testemunho exemplar de cooperação entre o poder local e o poder central, na concepção e fase inicial de, construção, a AM sublinha que a entrada em funcionamento da nova VIA RÁPIDA e eventual sessão de inauguração não deve alimentar lutas político-partidárias nem muito menos guerrilhas institucionais*

*entre representantes do poder local e membros da Administração Central, bem pelo contrário deve constituir motivo de reconhecimento, de congratulação e de exemplo a seguir; 4. apela-se às entidades competentes para que se complete tão depressa quanto possível, com idêntico nível de serviço, a continuação da 222 e a ligação até à A1. Pelo Grupo Municipal do PS”.*

\_\_\_\_ Presidente da Junta de Freguesia de S. Maria de Sardoura referindo-se à Variante à EN 222 disse que todos se devem congratular, estar orgulhosos e satisfeitos por tão grande obra. Deixa uma palavra de apreço a todos quantos na realidade trabalharam em prol dessa obra e reconhece que realmente houve gente trabalhadora e com iniciativas para que hoje possam ter aquilo que desejavam e já se encontra aberta ao público. Também deixa uma palavra às Juntas de Freguesia de Sardoura, Raiva, Paraíso e à Câmara Municipal que logo no início da obra verificaram e vieram a reclamar alguns erros cometidos provavelmente pelo projectista e até pela fiscalização. Hoje a via encontra-se aberta mas há reivindicações do início da obra que ainda não estão concretizadas e espera que elas o sejam, estando esperançado que assim será. Caso não aconteça, não ficará assim tão satisfeito, porque foram cortados dois caminhos públicos que ligam dois lugares Vales/Sardoura e Sabariz/Paraíso. Espera que o Senhor Director das Estradas de Portugal não se esqueça de concretizar esse protocolo assinado com a Câmara Municipal para todos ficarem de parabéns. Questionou a CM se já tinha alguma decisão sobre a marginal que liga a Ponte Hintze Ribeiro ao Cais de Boure.

\_\_\_\_ Antero Gaspar questionou o Presidente da AM se já tinha despachado o pedido de reembolso das despesas que efectuou com a convocação das reuniões extraordinárias da Assembleia e também sobre os documentos que tinha requerido na última sessão, acrescentando que até hoje não lhe foram facultados.

\_\_\_\_ Presidente da Assembleia sobre a primeira questão disse que sim, e sobre a segunda esclareceu que despachou para a Câmara Municipal e que espera que os documentos lhe sejam enviados.

\_\_\_\_ Antero Gaspar disse que é uma questão fundamental entenderem-se na AM e depois ajudar o Presidente e a Mesa no relacionamento com

a Câmara, porque aprovaram neste órgão um Regimento com regras e não gosta de andar sempre a discutir “o sexo dos anjos”, gosta de assentar as ideias com realismo. Rebateu os comentários do Presidente da AM a esta parte da sua intervenção dizendo-lhe que não gosta de fazer comentários aos seus comentários e que compete ao Presidente da Assembleia limitar-se a exercer o seu cargo e dirigir os trabalhos. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ Presidente da Assembleia contestou e referiu que ele deve ser directo na sua intervenção e não andar com rodeios. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ Antero Gaspar contrapôs, alegando, desde que não ofendesse ninguém poderia utilizar a metodologia que entendesse. Retomando novamente a sua intervenção opinou que é necessário estabelecer ligações entre a Câmara e a Assembleia e cumprir o estabelecido no Regimento, citando o artigo 20.º n.º 1, alínea g): - “ *zela pelo cumprimento do Regimento e das deliberações da A. M. e dos pedidos de informação à CM;* ” alínea n): - “ *dar seguimento aos requerimentos apresentados pelos membros e pelos representantes do GM ou Grupos de Trabalho;* ” alínea o): - “ *receber e encaminhar os pedidos de informação e de esclarecimento destinados à CM, providenciando pela resposta no prazo máximo de 20 dias;* ”. Afirmou que já passaram mais de 20 dias e que a alínea p) refere: - “ *informar o requerente e o plenário da recusa,* - não foi informado de nada - *por acção ou omissão,* - neste caso o Presidente da AM está a dizer que é por omissão - *de informações e documentos por parte da CM, incluindo na agenda de trabalhos da reunião seguinte a apreciação e tomada de posição sobre essa recusa;* ”. Acrescentou que perante a ultrapassagem do prazo por parte da CM o Presidente da Assembleia não incluiu na Ordem de Trabalhos e citou que o Presidente, na última sessão disse que se tivesse pedido no dia anterior, os documentos, não havia necessidade de estarem a debater aquele assunto. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ Presidente da Assembleia mencionou que se Antero Gaspar achava que eram importantes deveria tê-los pedido. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ Antero Gaspar referiu que os pediu no dia da sessão da AM e que até hoje já passou mais de 1 mês. Citou que esses documentos devem meter muito medo à CM em dá-los a conhecer aos membros da AM e aos membros da Câmara que os solicitaram perante as dúvidas e a

suspeição. Que o mais grave que existe na Administração Pública, Local ou Nacional, é a suspeita e estão perante uma suspeita clara de que há violação e algo grave porque a Câmara tem medo de entregar os documentos. Comentou que perante a Assembleia o seu Presidente acaba, entre aspas, por ser conivente, não querendo dizer que haja cumplicidade absoluta e acordada, mas por ele não ter incluído este ponto na Agenda de Trabalhos. Aludiu que a situação financeira do Município é grave, que a Câmara não quer fornecer os elementos porque tem medo que possam pôr em causa, eventualmente, algumas decisões, despachos ou posições que foram assumidas com gravidade, dada a falsidade que existe nos dados que foram fornecidos. Opinou que nesta situação gravíssima a Assembleia deve tomar uma posição, todos os seus membros e não só os eleitos pelo PS. Questionou o Vice-Presidente da Câmara, Rui César, sobre as suas declarações, na última sessão, - “... que é mesmo para votar contra porque senão tinha pedido os documentos e se os tivesse pedido anteriormente nós lhos entregariámos ... ”-, e perguntou porque é que desde a última sessão não receberam quaisquer documentos. Entregou à Mesa para ser discutida, debatida e votada a seguinte Proposta: - “Tendo em conta que: 1. No decurso do debate da sessão da AM, realizada em 28/04/2008, sobre o Relatório e Contas de 2007, aconteceu o seguinte: a) Nas Contas de 2007 verificou-se que o saldo de 2007 das Contas n.º 262+263+267+268 - Outros Credores, apresenta uma diferença muito significativa comparativamente com o saldo de 2006 ou até em relação aos anos anteriores. No ano de 2006 apresentou um saldo de € 1 872 522,16 (um milhão, oitocentos e setenta e dois mil, quinhentos e vinte e dois euros e dezasseis céntimos), enquanto em 2007 o valor apresentado é de € 12 811,94 (doze mil, oitocentos e onze euros e noventa e quatro céntimos). Também se constatou que a Conta n.º 274 - Proveitos Diferidos, apresenta um saldo de € 5 846 450,90 (cinco milhões, oitocentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e cinquenta euros e noventa céntimos) em 2007, quando nos anos anteriores de 2004, 2005 e 2006 apresentou, invariavelmente, sempre um saldo de € 2 583 486,42 (dois milhões, quinhentos e oitenta e três mil, quatrocentos e oitenta e seis euros e quarenta e dois céntimos). b) Nas Contas, apresentadas

*pela Câmara Municipal, suscitamos o debate sobre tais discrepâncias, bem como sobre a falsidade da afirmação, em relação à diminuição da dívida, feita no Relatório de Gestão de 2007, designadamente: "o esforço de contenção efectuado pelo Município em 2007 é notório ao nível da sua Dívida Total que diminuiu cerca de 2,6 milhões de euros em relação ao ano anterior". Não obtivemos qualquer explicação, nem foi feita qualquer defesa convincente pela Câmara Municipal nem pela maioria da AM que a sustenta, o que nos levou a requerer os seguintes documentos, que não nos foram facultados, o que motivou a nossa insistência no pedido através de requerimento escrito, a saber: - Relação detalhada de acções e projectos que deixaram de constar das Contas n.º 262+263+267+268 - Outros Credores, no ano de 2007 relativamente ao ano anterior de 2006; - Relação de acções e projectos que constituem a Conta n.º 274 - Proveitos Diferidos, referente aos anos de 2006 e 2007. Face à falta dos elementos pedidos e da recusa por parte da Câmara Municipal, abstivemo-nos de continuar a participar no debate e na votação sobre o Relatório e Contas de 2007. 2. Em 29 de Abril de 2008, por requerimento dirigido ao Presidente da AM, foi reiterado tudo o que foi dito e requerido, verbalmente e por escrito, em nome do GM dos eleitos do PS, na referida sessão de 28/04/2008, solicitando-se urgência da entrega dos documentos pedidos. 3. O Senhor Presidente da Câmara ainda não satisfez aquela pretensão, legitimamente apresentada pelos membros da AM eleitos pelo PS. Legitimidade que lhes advém quer da sua condição de autarcas com os direitos e deveres que resultam da legislação específica que baliza os seus cargos, quer do princípio da administração aberta e do livre acesso consagrado como um direito de todas as pessoas pelo artigo 268.º da Constituição da República, pelo artigo 65.º do Código do Procedimento Administrativo, pela Lei n.º 65/93, de 26 de Agosto, e por abundante jurisprudência produzida pelo Tribunal Constitucional e pelo Supremo Tribunal Administrativo. 4. A negação, por parte do Senhor Presidente da Câmara, desse direito constitucional e legalmente garantido aos peticionários, nesta como noutras pretensões anteriormente apresentadas, pode, se persistir, configurar a eventual prática dos crimes de violação da lei e de abuso do poder ou ainda dos crimes públicos de coacção contra órgãos*

*constitucionais e de denegação da justiça. 5. A conduta do Senhor Presidente da Câmara corresponderá também à tentativa de ocultar o que deve ser transparente e de cercear o direito fundamental à informação, e à desconsideração pelos princípios da transparência, da imparcialidade, da justiça, da proporcionalidade, da colaboração e da participação, pelos quais se pauta a Administração. 6. A atitude do Senhor Presidente da Câmara atenta contra a dignidade de todos nós, eleitos nesta AM, e desrespeita as funções em que estamos investidos. 7. O comportamento do Senhor Presidente da Câmara gera e aprofunda suspeitas sobre as questões que têm sido suscitadas sobre o Relatório e Contas de 2007, os terrenos da Feira e o licenciamento de Obras Particulares e de Operações de Loteamento Urbano, e que são do conhecimento geral, e relativamente às quais não renunciaremos ao seu total e cabal esclarecimento. Os membros da AM eleitos do PS, por já insustentável que é o desprezo, o alheamento e a desconsideração a que têm sido votadas as suas petições, e a obstrução continuada à fruição do direito que lhes assiste, propõem que a AM delibere enviar a presente proposta à Inspecção Geral da Administração Local, à Inspecção Geral de Finanças e ao Tribunal de Contas, para averiguar da conformidade ou não com as normas e princípios legais de tais comportamentos e tirar daí as conclusões que se justificarem, a bem da democracia e do normal funcionamento da AM no interesse de todos os Municípios. O Representante do GM dos eleitos do PS, Antero Gaspar de Paiva Vieira. Relativamente à intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Bairros sobre a Zona Industrial de Carreiros disse que é a primeira vez que está a falar no assunto e que tinha pena do Presidente da Câmara não estar presente. Anunciou que aquele espaço foi definido em 1989 ou 1990, quando esteve previsto um investimento de monta e esse investidor negociou terrenos e quis avançar com um projecto de grande dimensão para o Concelho. O projecto foi aprovado por Bruxelas que avançou com meios financeiros ao nível do PEDIP para a CM colaborar e apoiar esse investimento a nível das terraplanagens. Mais tarde por razões que tiveram a ver com a crise financeira no sector têxtil, esse investidor, acabou por desistir fazendo a resolução e dissolução desse processo. Esclareceu que tendo em conta o investimento público através de fundos*

comunitários houve contactos quando era Presidente de Câmara e posteriormente também com o Professor Quintas no sentido da Autarquia ficar com os terrenos. Que esses encontros foram feitos entre pessoas honradas que se comprometeram a ceder ao Município pelo mesmo valor que foi adquirido o terreno ao proprietário. Ficou acordado com esses investidores essa negociação e os respectivos valores. Em Novembro de 1995 deixou a Câmara Municipal e nunca mais soube o que se estava a passar. Posteriormente teve conhecimento de que o Professor Quintas teve contactos com esses senhores e que em virtude da disponibilidade financeira da Autarquia para fazer a liquidação os investidores disponibilizaram-se a receber o dinheiro em prestações. Depois com a nova CM, de Paulo Teixeira, não sabe se essas negociações continuaram, o que se passou, mas que havia boa fé por parte desses proprietários para negociar esses terrenos sem qualquer benefício das infra-estruturas que foram realizadas em termo de mais valias. Referiu que não vale a pena andarem “a atirar pedras uns aos outros” e o que interessa é o benefício do Concelho.

Manuel Mendes deu os parabéns à Câmara Municipal e a toda a gente que esteve envolvida nas Festas do S. João. Chamou a atenção para o caos de lixeira que se encontra hoje no local onde estavam os chineses e que é necessário obrigar essas pessoas a cumprir o Regulamento. Referiu que daqui a cerca de 8 dias é a Feira do Vinho Verde, que a Comissão Técnica de Acompanhamento tem feito tudo para que seja um êxito, e está convencido que assim será. Ontem ficou contente ao ver pela primeira vez, na cerimónia que decorreu neste Salão, elementos do PS e elementos do PSD, e apela que na cerimónia da Feira do Vinho aconteça a mesma coisa PS e PSD juntos, que é bom, é democrático, dá exemplo e mostra que as pessoas se entendem. Contrariando aquilo que se passa por ai que são uns contra os outros, ninguém se respeita, não há educação. Referindo-se à intervenção de Antero Gaspar disse que deverá haver documentos sobre aqueles terrenos e que na altura ouviu, e toda a gente dizia, que aquilo era uma fábrica de peças de aviões, ficando intrigado e que há qualquer coisa que não joga bem.

Gouveia Coelho disse que concordava com as palavras de Manuel Mendes e que muitas iniciativas não devem ter a mínima polémica ou qualquer situação de oposição. Às iniciativas significativas aparece sempre

desde que sejam em horário que lhe permita e que muitas vezes é convidado para horários laborais e não pode estar presente, nesse caso a Assembleia tem representantes para os representar. Opinou que é preciso pôr ética na política, e para ser insuspeito acha que vale a pena ouvir o que disse Manuela Ferreira Leite no início do Congresso do PSD em Guimarães, “acabou, basta”. Que é necessário pôr-se ética na política em Castelo de Paiva porque há atitudes e comportamentos que os envergonham e que não é saudável para eles, não se defende a nossa Terra e não se credibilizam com determinado tipo de atitudes e de mentiras públicas porque se mente como se estivesse a falar verdade. Reforçando que é preciso ser verdadeiro, que as pessoas vêm depressa quem fala verdade e com o coração, e que há espaço para a divergência e para a opinião diferenciada, mas tem que haver ética. Sobre a vinda do cantor Marco Paulo às Festas do S. João de Castelo de Paiva questionou se há condições financeiras para essas festanças?, quanto custou?, e que a Câmara deveria comparar esse investimento com o investimento nas associações culturais e bandas de música. Na crise financeira que o Município atravessa têm que economizar naquilo que não seja essencial e não se justifica tamanho gasto independentemente de haver pessoas que gostam do cantor. Comentou que lhe disseram que houve políticos da CM que subiram ao palco e que Marco Paulo falou em votos e eleições; reprovou aquela atitude e acrescentou que haja vergonha e ética na política. O Grupo Municipal do PSD manifestou a sua indignação e disse que era mentira a referência a votos e eleições. Continuando a sua intervenção Gouveia Coelho interrogou se politicamente se justificava que o Presidente da Autarquia tivesse faltado à reunião da Câmara para acompanhar o cantor Marco Paulo, e que a ser verdade as referências do cantor, este deveria pedir desculpa a uma boa parte dos paivenses porque é uma ofensa aquele comportamento.

---

\_\_\_\_ Arlindo Alves deu conhecimento que se encontra há cerca de 2 meses, junto ao Loteamento das Portelas, em Gração, a conduta de água do abastecimento público rebentada.

---

\_\_\_\_ Presidente da Junta de Freguesia de Bairros em relação às palavras de Manuel Mendes de que viu pela primeira vez membros dos dois partidos numa comemoração da CM, esclareceu que tem estado praticamente sempre, desde que convidado e por vezes é o único Presidente de Junta.

\_\_\_\_\_ O Presidente da Assembleia após fazer a leitura da proposta, acima transcrita, entregue pelo membro Gouveia Coelho intitulada “*Variante à 222 entre Felgueiras e Pedorido*”, colocou-a à votação. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Assembleia Municipal deliberou por maioria com vinte e cinco votos a favor e quatro abstenções, do Grupo Municipal do P.S.D., aprovar a proposta supra referida. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ O Presidente da Assembleia de seguida procedeu à leitura da proposta apresentada pelo membro Antero Gaspar, acima transcrita. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ O Grupo Municipal do PSD pediu um intervalo de 5 minutos, que foi concedido. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Reiniciados os trabalhos, o Presidente da Assembleia submeteu à votação a proposta apresentada pelo membro Antero Gaspar. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Assembleia Municipal deliberou rejeitar, por maioria com quinze votos contra do Grupo Municipal do PSD e quatro votos a favor do Grupo Municipal do PS, a proposta supra referida. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ O membro Gouveia Coelho apresentou a seguinte declaração de voto: - “ *Na ausência da totalidade dos presentes na sala do Grupo Municipal dos eleitos pelo PS, penso que em boa democracia seria mais razoável, aguardar que regressassem à sala os que se encontram no exterior, muito embora pudessem ter sido prevenidos que não se deviam ausentar. Suponho que mesmo na Assembleia da República e já estive no Parlamento Europeu quando há votação todos são avisados que vai haver votação. E, em todo caso, a sorte da decisão seria sempre a mesma. Não sei se o assunto merecia uma ponderação diferente porque também na linha do que eu tinha dito provavelmente não se resolvem as coisas com este tipo de votos a favor ou votos contra, há questões demasiados sérias na proposta que acabou de ser rejeitada que talvez fosse bom encontrar-se um meio de esclarecimento e resolver entre nós, por aqui. É uma sugestão que faço e nem sei se a minha Bancada a subscreve. Aqui estamos no sítio próprio, da crítica, da divergência e da ultrapassagem das diferenças e poderíamos evitar que fossem para outras instituições. O poder fiscalizador da Assembleia está em causa, nós deveríamos ser capazes de resolver estas questões. Portanto fica aqui este apelo se for possível para que esta questão volte a ser tratada* ”. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ O membro Manuel Mendes apresentou a seguinte declaração de voto: - *“Atendendo que o PS se ausentou aquando da votação das contas de 2007, e aí é que se deveria discutir toda esta problemática; o Dr. Antero Gaspar já entregou as queixas em todos os órgãos a quem podia reclamar. Já está tudo dito, já está tudo tratado, e assim sendo a nós não nos resta outra atitude senão votar contra”.* \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ O membro Antero Gaspar disse o seguinte, e que pode ter dois títulos diferentes, conforme o Presidente da AM o entender, ou uma declaração de protesto, ou um esclarecimento. Em relação às palavras atrás referidas e às razões que levaram os eleitos do PSD a votar contra uma proposta que se limita única e exclusivamente a enviar à Inspecção-Geral da Administração Local, à Inspecção-Geral de Finanças e ao Tribunal de Contas. Essa proposta tem a ver com o comportamento da Câmara Municipal que até ao momento recusou os documentos. O que foi enviado para as diversas entidades e quem o deveria ter feito era a Assembleia Municipal, se não o fez, o Grupo Municipal do PS fê-lo e foi relativamente, não ao comportamento da não entrega dos documentos, mas relativamente às discrepâncias que existiam e que se verificaram na Conta de Gerência. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia deu a palavra ao Vice-Presidente da Câmara para responder às questões que lhe foram colocadas: - sobre o desvio do trânsito da Ladroeira disse que o projecto da nova Variante está na fase final e aguardam o passo seguinte que é a autorização do licenciamento do cruzamento em Valdoriz, pela parte do Instituto de Estradas, para finalizarem e desenvolverem o projecto de execução da obra. Em relação ao saneamento informou que a C.M. tem reunido com a Comissão de Saneamento, criada para o efeito e é composta por elementos do PS e PSD. Na última reunião foi convidada a Junta de Freguesia de S. Maria de Sardoura para escolherem uma localização alternativa para a ETAR de Sardoura porque aquela estava prevista em leito de cheia, e foi aprovado por unanimidade essa alteração. Mais importante e foi dado conhecimento, no passado dia 13 de Maio, à Comissão, o modelo de negócio, os Municípios aderentes, a tarifa que lhe está subjacente. Os concelhos são Castelo de Paiva, Arouca, Cinfães, Baião, Resende,

Marco de Canaveses, Penafiel, Paredes e Vila Nova de Gaia que vão integrar uma grande empresa chamada Sindouro, que terá a responsabilidade de gerir o saneamento em alta, lançar os concursos das ETAR's, os emissários principais e a tarifa prevista deve rondar 54 céntimos ( $m^3$ ) metro cúbico. O investimento total previsto para Castelo de Paiva deve rondar os cinco milhões e meio de euros e a participação no capital dessa empresa, por cada município, é em função do seu investimento total. Esperam o envio dos documentos oficiais para que a Câmara e a Assembleia Municipal aprovem os termos e contrato de concessão previsto para cerca de 40 anos, e aguardam a publicação da regulamentação que permita às empresas de água ficar também com o saneamento em alta. Na escola da Ladroeira está prevista uma intervenção durante as férias e que dessa intervenção também depende o número de alunos, o reordenamento da rede escolar na Freguesia de Bairros que a DREN está a prever para o próximo ano. Têm uma reunião marcada para a próxima semana com o Agrupamento para verem o que existe, os serviços que poderão ser prestados nomeadamente das AEC's e refeições. Terão também que ter ligação com a Associação que presta esses serviços para que seja tudo feito dentro do previsto e o melhor para os alunos. Sobre a Ponte de Melo mencionou que na última reunião da Direcção da Adrimag esteve presente o Presidente da Câmara de Cinfães e foi abordado esse tema no âmbito de uma candidatura, que está a ser feita, ao PROVERE. É intenção dos municípios de Castelo de Paiva e Cinfães prever acções no Vale do Paiva e incluir esses investimentos no rol das intervenções a serem financiadas pelo PROVERE e pelos fundos LEADER.

Relativamente à intervenção de Antero Gaspar disse que ele fez uma explanação histórica daquilo que é o seu entendimento sobre a Zona Industrial de Carreiros e acrescentou que para esta Câmara a próxima Zona Industrial que se vai construir é em Sardoura, na zona da Cruz da Carreira. Assume isso sem qualquer receio porque não faz sentido cometer os erros do passado e construir zonas industriais nos limites do Concelho, e que estrategicamente para o Concelho, com a construção da Variante à EN 222, uma ligação este-oeste, com uma ligação norte-sul com a EN 222-1 e a 504 é importante que neste

cruzamento de eixos haja uma zona industrial para que qualquer pessoa de Bairros, de Pedorido, do Paraíso ou de Real cheguem rapidamente e tenham acesso cómodo a esse pólo. Já têm o estudo de viabilidade financiado pelos Fundos Comunitários, já adjudicaram o Plano de Pormenor e que após a adjudicação eles têm 90 dias para propor a sua aprovação. Contam ainda no decorrer deste ano aprovar aquele Plano e vai-lhes permitir fazer as infra-estruturas, licenciar indústria, como foi feito na Zona Industrial de Lavagueiras. Acrescentou que os Planos de Actividades têm merecido a concordância da AM e que querem neste QREN financiar a sua construção na Cruz da Carreira, tendo em atenção que terá de haver alguma engenharia financeira, alguma viabilidade, uma parceria público-privada ou uma subscrição de um fundo de investimento porque a questão dos terrenos é crítica no âmbito daquela intervenção. Referindo-se à Zona Industrial de Carreiros citou que os terrenos nunca foram adquiridos, nem nunca foi pensado pela CM adquirir aqueles terrenos e que a candidatura apresentada, não foi através do PEDIP, mas do RECHAR, que financiou através de Fundos de apoio às zonas mineiras a terraplanagem. Foi dito que não era necessário adquirir os terrenos porque estavam a ser adquiridos pela própria empresa, que sinalizou através de contrato-promessa de compra e venda, e que actualmente nas conversas que tem tido com os proprietários manifestam a dificuldade em fazer rescindir esses contratos devido à dificuldade de contactar a empresa. Aquilo que factualmente têm conhecimento é que uma Zona Industrial naquele lugar, Carreiros, obriga a uma nova estrada porque na actual não passa um TIR. Sobre a proposta apresentada relativa aos documentos pedidos disse que a resposta era a mesma que foi dada na CM ao Vereador Gonçalo Rocha. Numa primeira fase foi dada uma informação ao Presidente da CM que pediu esclarecimentos, e entretanto a D. Elisabete Nobre foi de férias e só regressou ao trabalho na segunda-feira. Contam rapidamente ter os documentos para os apresentar, e não vão fazer grande celeuma, vão entregá-los e nem podia ser de outra forma. Não tem medo e Antero Gaspar não tem o direito de acusar a Câmara de falsidades, nem o direito de fazer juízos de valor, ou o julgamento de intenções, porque também não fazem dele e isso fica-lhe

mal porque não é um direito que lhe assiste. Que se não for possível entregar os documentos não entregarão.

Quanto ao caminho das Curtinhas, em S. Martinho de Sardoura, referiu que já têm o orçamento pronto para rapidamente lançar a obra a concurso ou ter os procedimentos que lhes permitam a adjudicação. Sobre o Jardim-de-infância na sede da Junta de Freguesia de S. Martinho mencionou que é intenção da CM, ao abrigo dos novos Regulamentos Comunitários, que não financiam escolas novas a não ser que tenham mais que uma valência, é fazer salas do Pré-escolar junto à Escola da Cruz da Agra e concentrar os alunos naquele espaço, conforme previsto na Carta Educativa. Irá notificar a EDP para a substituição da linha, que não se encontra a cumprir a legislação, no caminho de Casalperro-Covas.

Sobre o saneamento a céu aberto em Oliveira do Arda disse que quem deu autorização para a sua ligação ao Rio Arda foi o seu antecessor, na altura Vereador na área do ambiente, e para tapar olhos comprou três cisternas, fossas cépticas, estanques. Que quando ficou com aquele pelouro tentou resolver o problema e saber se era possível licenciar ou fazer uma ligação e a resposta técnica foi que era impossível fazer a ligação a um contentor em que entrava por um lado e saía pelo outro, sendo exigido pelo menos 1200 metros de vala drenante e que era difícil de licenciar na CCDR-N porque se estava em leito de cheia. Expôs que as gaivotas não permitem o contacto com a água e que seja impeditivo da situação do licenciamento. Que para resolverem os problemas graves, em Pedorido, em Oliveira do Arda, em Fornos e outros locais é rapidamente avançarem com o saneamento em alta.

Referindo-se à iluminação em Pedorido comentou que durante este mês aquela empreitada terminará. Sobre a necessidade da valeta na estrada de Carvalho Mau a Serradelo disse que têm em conta essa situação e já falaram no assunto ao Presidente da Junta de Freguesia. Referiu que é necessário fazer uma intervenção no caminho de Terramonte a Serradelo.

Em relação à intervenção de Gouveia Coelho disse que ele fez a sua versão da história da Variante à EN 222, que respeita, mas que a história na primeira pessoa é sempre com verdades que ficam coladas

ao seu sentimento e à sua vivência na altura daquilo que aconteceu. Opinou que há algumas imprecisões e que João Cravinho em nada contribuiu e que António Guterres, depois da queda da Ponte foi forçado pela opinião pública nacional a avançar com a obra. Poderiam ser justos com outras pessoas que ele não mencionou e injustos com outros que se calhar tentaram prender essa obra e outras quando tinham cargos de responsabilidade. Elucidou que o projecto da actual Variante em nada se assemelha ao projecto que fizeram e foi aprovado por Antero Gaspar e Gouveia Coelho. Que aquele não tinha um nó no Tapado, não tinha um nó na Raiva e que se alguém quisesse ir para Serradelo, estando na Cruz da Carreira, tinha de ir por Oliveira do Arda, e que essa é que é a verdade que tem de ser dita. Terão que admitir que pelo menos houve uma melhoria do projecto que aprovaram. Que poderão estar a ser injustos com o anterior Ministro Vieira da Silva que depois da queda da Ponte Hintze Ribeiro trabalhou com ele, com Lino Pereira, com Paulo Teixeira e com o Presidente da Assembleia numa Comissão criada para o acompanhamento das obras. Referiu que a obra terminou no dia 17 de Junho e foi aberta ao público no dia 23 do mesmo mês, por um Vice-Presidente do IEP, e que discorda nos termos em que foi aberta à população, porque neste momento no Distrito de Aveiro é a maior obra que o Governo tinha em execução, depois do enterramento da linha em Espinho. Que deveria ter vindo cá um representante do Governo, que iria ser muito bem recebido, com uma grande festa porque a importância da Obra para o Concelho assim o merece e que a nível de coesão social territorial e de união foi dado um passo gigante, e que é muito mais aquilo que os une do que aquilo que os possa dividir. Reforçou que ainda há problemas que faltam resolver, três passagens superiores, uma rotunda em Oliveira do Arda e problemas de drenagem de águas e que têm obrigação de os denunciar. A Câmara Municipal tomou deliberações ao alertar a necessidade de resolução de problemas no âmbito das acessibilidades ao Concelho como, o IC 35, a Variante externa de Carreiros que é uma das suas prioridades, e todos os Vereadores já assinaram uma carta para o Sr. Secretário de Estado e para o Sr. Ministro das Obras Públicas a dizer o que os preocupa a esse nível e aquilo que foi um compromisso de honra

do País para com o Concelho. Essa dificuldade em lhes fazer explanar essas necessidades é algo que neste momento faz subir os ânimos, tal como o Dr. Gouveia Coelho de vez em quando na AM sobe os ânimos, e o Presidente da Câmara quando se sente injustiçado pelas promessas não cumpridas também tem direito a essa animosidade. Relativamente à referência “ética na política” disse que concorda que o tema se discuta e agradece o comentário à Dra. Manuela Ferreira Leite, quando disse “acabou” e fez as críticas que fez ao Eng. José Sócrates. Opinou que na resposta José Sócrates não estava a falar para Manuela Ferreira Leite, mas estava a falar para ele, Gouveia Coelho, e para o seu Grupo Municipal, porque ao discurso dela o Eng. Sócrates disse aquilo que lhes assenta como uma luva, “Portugal precisa de propostas e ideias em concreto para responder aos seus problemas”. Se tirarem Portugal e colocarem Castelo de Paiva fica “Castelo de Paiva precisa de propostas e ideias em concreto para responder aos seus problemas” e que ao longo destes três anos só viu maledicência, nenhuma proposta ou ideia da oposição e que sobre ética não diz mais nada. Sobre a referência dos políticos que subiram ao palco não sabe se também se estava a referir aos políticos do PS e que esses não viu e não estava cá. Comentou que não sabe se é ética os panfletos que foram distribuídos na noite de S. João, festa municipal, por uma Juventude partidária que já o fez o ano passado e não está a dar grandes resultados políticos.

Concordou com as palavras do Presidente da Junta de S. Maria de Sardoura sobre a Variante à EN 222, os problemas que ainda estão por resolver e espera que o protocolo existente seja cumprido e essas obras realizadas. Sobre a marginal de Boure ainda não receberam, relativo aos seus ofícios, nenhuma comunicação do IPTM.

Quanto à questão da limpeza referida por Manuel Mendes confirma o mau aspecto da Rua da Boavista e agradeceu as suas palavras à organização das festas.

Quanto à fuga de água irá hoje mesmo dar instruções aos Serviços para passarem lá e ver o que se passa.

O membro Antero Gaspar usou da palavra para protestar e disse que a utilização de ética na política é importante, e que eles têm apresentado ideias, têm apresentado rumos e estratégias para o

Executivo avançar, só que este não avança. Sobre a Zona Industrial da Cruz da Carreira referiu que o PS, em declarações de voto apresentadas nesta Assembleia relativamente aos Planos de Actividades de cada ano têm apresentado claramente que esse é o rumo prioritário que devia ser seguido pela Câmara. Que também não pode esquecer a Zona Industrial de Carreiros de dimensão menor e que tem condições de investimento e mais valias que poderiam ser aproveitadas. Em relação à Variante EN 222, não queria falar por estar ligado ao processo desde o início. Referiu que a CM ou os seus representantes PSD não vão alterar a história com mentiras ou falsidades. Naquela altura, ninguém acreditava, e foi talvez um acto de loucura iniciar o processo da Variante como via rápida municipal, porque não tiveram qualquer apoio do Governo, que era do PSD, para que essa via fosse de natureza nacional. Mas, como disse Gouveia Coelho, tiveram apoio de Braga da Cruz e de Valente de Oliveira para que a obra avançasse como municipal, e avançou, e concretizou-se. Mencionou, um dado muito importante, que quando abriram concurso de mais dois troços da Variante foi sem o consentimento do Governo e estiveram a aguardar o resultado das eleições em 1995. A salvação foi que ganhou as eleições o Eng. António Guterres para a continuidade do processo. Em 1996 António Guterres e o Eng. Cravinho vieram a Castelo de Paiva assinar o protocolo de transferência da via municipal para nacional e se os dois troços das extremidades não fossem concluídos em termos de financiamento hoje não se teria a Variante. Reafirmando que não podem rescrever a história com mentiras e falsidades porque ainda estão vivos e podem testemunhar a verdade. Questionou porque é que o Presidente da Câmara não está presente na sessão e que ainda não foi dada qualquer informação à AM. Disse que estranha que o Vice-Presidente da Câmara defenda o indefensável e a obstrução da acção dos autarcas da Assembleia e da Câmara Municipal com a falta de transparência, e o não fornecimento dos elementos solicitados, contribuindo para que as suspeitas de falsidade de dados se aprofundam. Que o Vice-Presidente da CM acabou de dizer, passado quase dois meses, que não sabe se vai entregar os elementos, o que é gravíssimo e denota que isto já é o bater no fundo.

---

\_\_\_\_ O Vice-Presidente, Rui César Castro, refutou o que disse Antero Gaspar e que não tentaram reescrever a História, tendo sido correcto ao dizer que era a versão de Gouveia Coelho e que respeitava. Que Antero Gaspar fez referência à mentira, mas não disse onde mentiu na sua apresentação dos factos. Acrescentou que não queria partidarizar as coisas e que não foi o PSD, nem o candidato PSD, que quando houve a consignação da obra da Variante, neste edifício, veio dizer que era um acto ilegal num Governo de Gestão do PSD/CDS. Essa pessoa foi Lino Pereira que disse que era um acto de propaganda, não deveria ser feito naquela altura e estava contra. Que o PS ficará com esse ónus e com aquela posição não teria sido, no dia 23 de Junho, aberta ao trânsito a Variante. Disse que Antero Gaspar anda obcecado com a questão eleitoral e deveria assumir-se, de uma vez por todas, candidato. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ O membro Gouveia Coelho anunciou um ponto de ordem à Mesa pela condução dos trabalhos, nos seguintes termos: - *“Não me pareceu bem, que por exemplo, o Dr. Antero fez uma intervenção a seguir sem se inscrever, eu estava inscrito, também para 2 minutos, e voltou a intervir o representante da CM sem qualquer obstáculo e tudo bem. Eu que fui visado na intervenção dele tinha pedido para uma pequenina intervenção e portanto quero, lavrar o protesto, por me ter cerceado a palavra e impedido de repor em menos de 2 minutos, em menos tempo do que me levou este Protesto, duas questões. Cordatamente pôr os pontos nos i's em relação a duas questões que ele não tem razão e me visou directamente a mim”.*

---

#### **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

---

\_\_\_\_ 1. APRECIAÇÃO DE UMA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO.

---

\_\_\_\_ Presente o ofício n.º 5030, de 18 de Junho de 2008, do Presidente da Câmara, contendo a informação da actividade da Câmara Municipal, bem como uma informação da situação financeira datada de 11 de Junho de 2008, acompanhada da relação de dívidas a empreiteiros e fornecedores que é nessa data de 8.388.476,60 (oito milhões trezentos e oitenta e oito mil quatrocentos e setenta e seis euros e sessenta

cêntimos) e do Resumo Diário de Tesouraria, de 9/06/2008, com o total de disponibilidades cujo saldo totaliza o valor de 812.129,98 (oitocentos e doze mil cento e vinte e nove euros e noventa e oito céntimos), sendo estes documentos depois de apreciados arquivados na pasta anexa a esta acta.

---

O membro Gouveia Coelho relembrou aquilo que é a sua opinião sobre este ponto que considera muito importante na fiscalização da actividade da CM. Referiu-se à intervenção do Vereador Rui César, no ponto anterior, à sua apreciação política e que essa deveria ter sido feita pela bancada PSD no debate próprio. Que não faz mal nenhum e está feita. Não pediu nenhum esclarecimento à Câmara, naquela matéria, e não há problema quanto a isso. A questão da Variante à EN 222 é um problema da actividade da CM até esta sessão da Assembleia, e a sua intervenção foi no sentido das decisões políticas na Assembleia onde tomam opções políticas, e essas foram certas e acertadas e todos estão contentes por isso. Prosseguiu que as questões técnicas são com os técnicos, não sabe se Rui César tem essa competência, ele não tem, e esses técnicos vêm aqui passar um atestado de incompetência aos técnicos de 1992/93. Não era necessário e não prejudicou em nada o andamento da obra. Disse que os técnicos devem procurar as melhores soluções à execução de todas as obras e proceder às alterações que se justificarem e fizeram outras melhorias. Que a obra da Variante é da Administração Central, não é mérito da Câmara Municipal, que estão unidos nas reivindicações que melhor favoreçam as populações e insistiu que é uma obra consensual. Citou que não pôde vir à última sessão da AM e que desde esse período até hoje ocorreram factos importantes relativos à questão financeira e referindo-se ao Vice-Presidente da Câmara, e à ética. Comentou que os canais de comunicação estão de difícil circulação também nesta Assembleia, o que mantém. Podem ser vigorosos na defesa de opiniões, e na defesa das opções políticas sem ofensa pessoal e sem cercear a liberdade de pensamento. Reforçou as palavras de Rui César no sentido de que em Castelo de Paiva há muito para aplicar em princípios éticos que enunciou. Subscreve as palavras da Dra. Manuela Ferreira Leite enquanto nível da política e que deveriam elevar esse nível em Castelo

de Paiva. Refutou a referência ao Eng. Sócrates contra si, que está em Castelo de Paiva e que o Vereador Rui César esteve um pouco distraído na questão das propostas. Exemplificou que a sua bancada, PS, propôs arduamente e com competência o problema da reestruturação financeira, mostrando gráficos e apresentando propostas dolorosas para quem gere. Querem também participar na gestão e as suas propostas não merecem sequer respeito e não lhe contenta o acórdão do Tribunal de Contas, devendo o PSD admitir e reconhecer que tiveram toda a razão nessa questão muito grave para o Município.

\_\_\_\_ O Presidente da Assembleia interpelou Gouveia Coelho dizendo que já está a falar há cinco minutos, e que sobre o ponto em questão, informação escrita do Presidente da Câmara, não disse uma única palavra. Que a intervenção deve ser sobre o ponto, é assim que diz o consenso natural, nem é preciso estar no Regimento, e está conceptualmente concebido por toda a sociedade e organizações que quando se intervém num ponto é só sobre isso e nada mais. Acrescentou que a maioria dos conflitos nesta Assembleia são exactamente por causa disso e que a sua qualidade de Presidente do órgão é para dirigir os trabalhos e tem que ser rigoroso na ordem e regras. Pediu a Gouveia Coelho para regressar ao ponto em discussão se não era obrigado a tirar-lhe a palavra.

\_\_\_\_ O membro Gouveia Coelho referiu que é um cidadão livre, eleito pelos paivenses, que há liberdade de expressão e que quem faz uma apreciação crítica sobre a sua intervenção, ele tem o direito de discordar. Contestou a interrupção do Presidente da AM e disse para ler a lei. Sobre este ponto da ordem de trabalhos, apreciação da actividade da Câmara Municipal, disse que não é só o que está escrito e que tem o direito de exercer, neste órgão, a fiscalização da actividade municipal ou as suas omissões. Mencionou que é gravíssima a omissão por parte da CM do acórdão do Tribunal de Contas para com a Assembleia e os Vereadores da Câmara Municipal. Enunciou a proposta que apresentaram, a recusa dos documentos pelo Executivo e que se a maioria, PSD, tivesse aceite a sua proposta sobre os terrenos da feira teria evitado cenas menos edificantes para a nossa Terra.

\_\_\_\_ O membro Antero Gaspar questionou o Presidente da Assembleia

se este ponto era sobre a actividade da Câmara Municipal e da situação financeira da mesma.

---

O Presidente da AM esclareceu que sim, e caso queiram, e nunca recusou, poderão agendar um ponto sobre a situação financeira.

---

O membro Antero Gaspar disse que também ia falar na situação financeira. Mencionou que a ética política está ligada à actividade do executivo municipal de uma forma negativa para o Concelho, porque está acompanhada de actos de natureza político-partidária, nomeadamente do partido político que sustenta a maioria da Câmara Municipal, que não se enquadram nessa moral. Aludiu que a ética na política exige rigor, verdade e comportamento exemplar em relação às oposições. Em democracia os partidos que suportam o poder devem ter o maior cuidado nas suas intervenções de natureza político-partidária e naquilo que passa a ser o suporte do poder municipal. Que essas referências estão concretamente ligadas a um comunicado do PSD que recebeu em sua casa e que de ética política não tem nada. Referindo-se ao conteúdo do panfleto fez uma retrospectiva do que se passou na CM citando que em reunião desse órgão, por proposta do executivo, no mês de Abril, foi deliberado por maioria, tendo o Presidente da CM utilizado o voto de qualidade para o desempate, aprovar uma quota de serviço para reequilibrar a perda de receita provocada pela abolição do aluguer de contador. Que algumas Câmaras Municipais, como Castelo de Paiva, quis compensar essa perda com a aplicação daquela referida taxa, assumindo isso claramente. Mesmo com a oposição dos vereadores socialistas a taxa ia entrar em vigor, mas entretanto o Governo considerou ilegal essa taxa para compensação do aluguer de contador, e a Associação de Defesa dos Consumidores interveio, a ANMP entendeu que se deveria suspender esse acto compensatório e ver no futuro o formato a desenvolver. Disse que após todo esse processo o PSD de Castelo de Paiva no comunicado enviado à população diz: - “... assim não, não se pode continuar a enganar os paivenses desta vez, a comparação é fácil, confirme a sua factura e tire as suas conclusões contra factos não há argumentos ...”, que esses argumentos são contrários à ética, porque é a omissão de factos, e não é falar a verdade. Clarificou que a Câmara suspendeu a sua deliberação, não revogou a

deliberação, apenas a mantém suspensa até melhores dias e isso é que deveria ser explicado à população. Concordou e reforçou o que disse Gouveia Coelho sobre a questão financeira do Município, e que no dia da realização da última sessão da AM já tinham decorrido seis dias da decisão do Tribunal de Contas e o Presidente da CM nada disse sobre o acórdão, tentando esconder o que não pode esconder. Citou também que apresentaram um projecto alternativo que não foi aceite. Que a situação é tão grave que o próprio Tribunal de Contas aponta circunstâncias que poderão levar à responsabilidade financeira dos responsáveis autárquicos. Citou que este Município é o 4.º do País que demora mais tempo a pagar, que há facturas com 10 anos que ainda não foram pagas e que ele está a definhar pelas políticas erradas que estão a seguir. Questionou o Vice-Presidente da Câmara se vai haver alguma decisão para encurtar caminho, e se para resolver a situação vão apresentar uma proposta de reequilíbrio estrutural ou a CM vai tomar uma decisão idêntica àquela que foi tomada pela Câmara de Lisboa relativamente às dívidas.

---

O Vice-Presidente da Câmara disse sobre a operação financeira que a CM tem de cumprir as deliberações da AM e que saiba a AM votou numa operação de saneamento financeiro, e por isso tem o dever de defender até ao limite do que seja legalmente possível. Se essa decisão é passível de recurso irão até ao limite daquilo que é de direito, porque não obstante o PS ter sido contra, a maioria votou numa operação de saneamento financeiro. Quanto a isso estão conversados e obviamente que irão defender até ao limite tentando demonstrar a justiça das suas considerações. Acrescentou que o Vereador da oposição, Lino Pereira, na discussão do Saneamento financeiro apresentou, a solução de Lisboa, como sendo a solução que a Câmara Municipal deveria usar para aplicar no Concelho de C. de Paiva e que acabou por ter o mesmo destino que Castelo de Paiva. Citou que Castelo de Paiva não tem as soluções como a C.M. de Lisboa e as mesmas benesses, porque se o Estado Central quisesse comprar o terreno da EB 2, 3 do Couto Mineiro ou do Tribunal isso iria ajudar. Compreende que o Terreiro do Paço fica perto da Câmara de Lisboa e é mais fácil fazer sentir as dificuldades aos governantes, e pede para que

seja distribuído de modo igual por todo o País e não só pela capital. Afirmou que o pai da Lei foi o colega António Costa que já disse que a sua aplicação, por parte do Tribunal de Contas, está muito restritiva e que Antero Gaspar deve estar de acordo com essa posição. Que ele quando estava no Governo dizia que aquela lei era a melhor do Mundo e agora que vestiu o fato de autarca também sente as dificuldades da sua própria lei. Mencionou que neste contexto, se pode pedir alguma coisa, é ajuda ao PS de Castelo de Paiva para que tenham o mesmo tratamento que Lisboa teve, e com certeza que eles em nome da ética que tanto apregoam, o farão. Achou engracado o facto de Antero Gaspar ter trazido o panfleto do PSD, e que correu mal ao PS a questão da água. Falaram antes do tempo, é a grande lição que podem tirar, motivados pela ânsia de dizer mal e contra a Câmara Municipal. Que sobre este assunto ao PS o tiro saiu pela culatra e não teceu comentários político-partidários, tendo já convidado o Presidente da Comissão Política do PS para um debate, que ele negou.

---

## 2. PRIMEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O CORRENTE ANO DE 2008.

---

A Câmara Municipal de acordo com a sua deliberação em reunião de 11.06.2008, solicita à Assembleia Municipal a aprovação da Primeira Revisão ao Orçamento e Plano de Actividades Municipal para o corrente ano de 2008. A revisão ao Orçamento da despesa consiste na inscrição de rubricas novas nas orgânicas 0103 – Câmara Municipal e 03 – Departamento Técnico de Obras e Urbanismo, tendo em conta a intenção do Executivo Municipal em adquirir novas viaturas para esses sectores. A revisão ao Plano Plurianual de Investimentos consiste na criação de três novos projectos na área de educação, abastecimento de água e desporto. A revisão ao Plano de Actividades Municipal consiste na criação de dois novos projectos na área da Segurança e Acção Social. A revisão ao Orçamento da despesa totaliza o valor de 94.630,00 euros e é compensada pela revisão ao Orçamento da Receita, na utilização parcial do saldo da gerência do ano anterior, pelo mesmo valor.

---

O Vice-Presidente da Câmara prestou os esclarecimentos necessários.

---

\_\_\_\_\_ O Presidente da Assembleia, estando presentes os trinta membros que compõem a Assembleia Municipal, nos termos do n.º 2, alínea b) do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, submeteu à votação a Primeira Revisão ao Orçamento e Plano de Actividades Municipal para o corrente ano de 2008, e a Assembleia deliberou por maioria, com vinte e nove votos a favor e uma abstenção, aprovar os referidos documentos, que se dão aqui como integralmente reproduzidos e ficam arquivados na pasta anexa à acta.

\_\_\_\_\_ 3. PLANO DE URBANIZAÇÃO DA VILA DE CASTELO DE PAIVA. ESTABELECIMENTO DE ORIENTAÇÕES QUE RESOLVAM A SITUAÇÃO DE AUSÊNCIA NO PU DE REGULAMENTAÇÃO PARA EDIFICAÇÕES EM SOLOS INCLUIDOS EM RAN OU REN.

\_\_\_\_\_ A Câmara Municipal em cumprimento da sua deliberação de 30 de Abril de 2008, propõe à Assembleia Municipal que, nos termos do artigo 45.º do Regulamento do Plano de Urbanização da Vila de Castelo de Paiva, aprove as seguintes orientações gerais, destinadas a resolver as questões suscitadas pela Divisão de Planeamento, Urbanismo e Habitação, relativas à ausência no PU da Vila de Castelo de Paiva de regulamentação para a edificação ou outro processo de inutilização de solos em áreas classificadas de RAN e REN: - “ Desde que observados os respectivos regimes jurídicos, a construção de qualquer tipo de edificação em áreas de Reserva Agrícola Nacional e de Reserva Ecológica Nacional terá de respeitar os seguintes parâmetros urbanísticos: Índice de implantação máximo – 0,15; Índice de construção máximo – 0,30; Número máximo de pisos – 2; Cércea máxima – 6,60.”

\_\_\_\_\_ O Vice-Presidente da Câmara Municipal fez a apresentação do documento.

\_\_\_\_\_ Intervieram os membros Antero Gaspar e Gouveia Coelho que suscitararam algumas questões.

\_\_\_\_\_ O Chefe de Divisão da D.P.U.H., Luís Carvalho, prestou os esclarecimentos necessários.

\_\_\_\_\_ A Assembleia Municipal, nos termos do n.º 3 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, deliberou por maioria, com vinte e

nove votos a favor e uma abstenção aprovar as orientações gerais, propostas pela Câmara Municipal, acima transcritas.

**4. TARIFA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS. ISENÇÃO.**

A Câmara Municipal de acordo com a sua deliberação em reunião de 11 de Junho de 2008, solicita à Assembleia Municipal a anulação das dívidas de execução fiscal, bem como as dívidas em tesouraria referentes às Tarifas de Resíduos Sólidos, dos municípios Manuel Alves da Costa, residente em Sernados e de Nair da Costa, residente em Ribeira da Lapa, ambos da Freguesia de Real, por não estarem garantidas as condições referidas no n.º 3 do artigo 44.º do Regulamento para Gestão de Resíduos Sólidos Produzidos na Área do Município de Castelo de Paiva. As dívidas reportam-se, no 1.º caso aos meses de Junho a Novembro de 2006, e no 2.º caso aos meses de Agosto a Novembro de 2006.

O Vice-Presidente da Câmara prestou os esclarecimentos necessários.

A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade anular as referidas dívidas.

**5. PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.**

Não houve intervenções.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão, pelas 12.20 horas, dela se lavrando a presente acta, que foi aprovada em minuta, por unanimidade, nos termos do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, para efeitos imediatos.

E eu Assistente Administrativo  
da Câmara Municipal de Castelo de Paiva, a redigi e subscrevi.